

RESEARCH ARTICLE

Ecoformação e protagonismo socioambiental: diálogos e possibilidades ecoeducativas contemporâneas

Lucas Antônio Viana Botelho ^{a,1}, Francisco Kennedy Silva dos Santos ^{b,2},

(a) Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | Colaborador no Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Inovação (GPECI, UFPE) e no Laboratório de Ensino de Geografia e Profissionalização Docente (LEGEP) | Recife, PE, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/1635677114023712>

(1) **E-mail** (Corresponding author): lucaviana.botelho@gmail.com

(b) Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pós-doutor pela Université du Québec à Montréal - Canadá | Professor permanente e pesquisador do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE; Líder do Grupo de Pesquisa Educação Geográfica, Cultura Escolar e Inovação (GPECI/CNPQ/UFPE) | Recife, PE, Brasil | **Lattes ID:** <http://lattes.cnpq.br/8799647544989939>

(2) **E-mail:** kennedyufpe@gmail.com

História do artigo / Article history

Recebido: 25 junho 2020 | Aceito: 11 agosto 2020 | Publicado online: 01 setembro 2020.

© Os Autor(es) 2020 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0).



RESUMO

Na sociedade-mundo do tempo presente, envolvida no desenvolvimento sem precedentes de alterações ambientais globais, as quais têm produzido um permanente estado de crise socioambiental, o desafio educativo é conceber práticas em Educação Ambiental que transitem do apostilamento e panfletagem de informações para a mobilização crítico-transformadora dos sujeitos do ensino-aprendizagem, de dentro para fora do espaço escolar e vice versa. Neste ínterim, é necessário que se pense caminhos possíveis para atravessar as práticas pedagógicas que em nada contribuem com a efetivação de uma real mudança dos sujeitos, para além de comportamentos, mas uma consciência forjada por princípios e valores éticos socioambientais, comprometidos com a Terra enquanto pátria e bem comum. Este texto objetiva argumentar acerca dos desafios e possibilidades emergentes para o tratamento da problemática socioambiental local-global, mirando a ecoformação como processo que viabilize o protagonismo socioambiental e tramações ecoeducativas

de dentro para fora dos muros da escola. Para tanto, faz-se um diálogo teórico-reflexivo por entre contribuições bibliográficas que tragam apontamentos e permitam a compreensão da temática, porém avançando propositivamente, abrindo caminhos para se lançar outras miradas e propostas para a Educação Ambiental, ou ecoeducação, nos processos e procedimentos didático-pedagógicos contemporâneos.

Palavras-chave | Educação Ambiental. Protagonismo. Ensino-aprendizagem. Ecoeducação.

ABSTRACT / RESUMEN

Ecoformation and socio-environmental protagonism: contemporary eco-educational dialogues and possibilities

Abstract | In the world society of the present time, involved in the unprecedented development of global environmental changes, which have produced a permanent state of socioenvironmental crisis, the educational challenge is to conceive practices in Environmental Education that move from the handout and leafleting of information to the critical mobilization -transformer of teaching-learning subjects, from inside to outside the school space and vice versa. In the meantime, it is necessary to think of possible ways to go through pedagogical practices that do nothing to contribute to the real change of subjects, in addition to behaviors, but an awareness forged by socio-environmental ethical principles and values, committed to the Earth as homeland and common good. This text aims to argue about the emerging challenges and possibilities for the treatment of the local-global socio-environmental problem, aiming at ecoforming as a process that enables socio-environmental protagonism and eco-educational plots from inside the school walls. Therefore, a theoretical-reflective dialogue is carried out among bibliographic contributions that bring notes and allow the understanding of the theme, but advancing purposefully, opening paths to launch other views and proposals for Environmental Education, or ecoeducation, in the processes and procedures contemporary didactic-pedagogical.

Keywords | Environmental education. Protagonism. Teaching-learning. Ecoeducation.

Ecoformación y protagonismo socioambiental: diálogos y posibilidades ecoeducativas contemporâneas

Resumen | En la sociedad mundial de la actualidad, involucrada en el desarrollo sin precedentes de los cambios ambientales globales, que han producido un estado permanente de crisis socioambiental, el desafío educativo es concebir prácticas en Educación Ambiental que se muevan desde la distribución y distribución de información a la movilización crítica. - Transformar las asignaturas de enseñanza y aprendizaje, de dentro a fuera del espacio escolar y viceversa. Mientras tanto, es necesario pensar en posibles formas de llevar a cabo prácticas pedagógicas que no hagan nada para contribuir al cambio real de los sujetos, además de los comportamientos, sino una conciencia forjada por principios y valores éticos socioambientales, comprometidos con la Tierra como Patria y bien común. Este texto tiene como objetivo discutir sobre los desafíos emergentes y las posibilidades para el tratamiento del problema socioambiental local-global, con el objetivo de ecoformar como un proceso que permite el protagonismo socioambiental y las tramas ecoeducativas desde el interior de las paredes de la escuela. Por lo tanto, se lleva a cabo un diálogo teórico-reflexivo entre las contribuciones bibliográficas que aportan notas y permiten la comprensión del tema, pero avanzan a propósito, abriendo caminos para lanzar otros puntos de vista y propuestas de Educación Ambiental, o educación ecológica, en los procesos y procedimientos. contemporáneo didáctico-pedagógico.

Palabras-clave | Educación ambiental. Protagonismo. Enseñanza-aprendizaje. Ecoeducación.

Introdução

Muitos são os desafios educacionais deste século. Estes criam dúvidas e sublinham antigos

percalços, mas também criam possibilidades e alternativas que antes não eram sequer imaginadas. Na sociedade-mundo do tempo presente,

envolvida no desenvolvimento sem precedentes de alterações ambientais globais, as quais têm produzido um permanente estado de crise socioambiental, o desafio educativo é conceber práticas em Educação Ambiental que transitem do apostilamento e panfletagem de informações para a mobilização crítico-transformadora dos sujeitos do ensino-aprendizagem, de dentro para fora do espaço escolar e vice versa.

Isto requer mais do que processos de formação centrados em aprendizagens engessadas, apolíticas e acríicas, ou seja, requer trazer para o cerne do processo didático-pedagógico o cotidiano, as problemáticas locais-globais e o protagonismo socioambiental como elementos estruturantes de outro saber-fazer socioambiental constituinte de uma ecoformação. Esta última, por sua vez, figura como sendo uma mirada contemporânea e necessária aos processos formativos escolares, visando não apenas a ambientalização dos sujeitos, numa perspectiva conservacionista e/ou preservacionista, mas sua inserção social no meio ambiente, buscando atrelar saberes e problemáticas sociais e ambientais dentro de um mesmo arcabouço temático e de um mesmo movimento de aprendizagem, o qual se projeta de dentro para fora da sala de aula e dos muros da escola, tornando-o partícipe da vida cotidiana e agente de transformação local-global.

Neste ínterim, é necessário que se pense caminhos possíveis para atravessar as práticas pedagógicas que em nada contribuem com a efetivação de uma real mudança dos sujeitos, para além de comportamentos, mas uma consciência forjada por princípios e valores éticos socioambientais, comprometidos com a Terra enquanto pátria e bem comum. Dentro de um cenário de crise amplamente conhecido e divulgado por veículos científicos e midiáticos, é preciso repensar a existência humana e cogitar formas de ser-estar no mundo à beira do colapso socioambiental.

Este texto objetiva argumentar acerca dos desafios e possibilidades emergentes para o tratamento da problemática socioambiental local-global, mirando a ecoformação como processo que viabiliza o protagonismo socioambiental e tramações ecoeducativas de dentro para fora dos

muros da escola. Para tanto, faz-se um diálogo teórico-reflexivo por entre contribuições bibliográficas que tragam apontamentos e permitam a compreensão da temática, porém avançando propositivamente, abrindo caminhos para se lançar outros olhares e propostas para a Educação Ambiental, ou ecoeducação, nos processos e procedimentos didático-pedagógicos contemporâneos.

Educação ambiental: algumas interrogações, muitas exclamações

Tendo em vista as necessidades sociais e, conseqüentemente, educacionais do tempo presente, verifica-se que algumas interrogações precisam ser feitas à Educação Ambiental, porém não diretamente a esta, como se por si mesma conseguisse trazer respostas suficientes a tais questionamentos, mas a um rol mais amplo em que está inserido este eixo temático. A educação, enquanto processo de socialização dos sujeitos sociais a partir de instituições formativas, conforme destaca Marques (2000), precisa ser problematizada em sua totalidade, uma vez que, no cenário brasileiro, há um conjunto amplo de problemáticas a enfrentar, que se projetam na forma de inviabilidades a projetos emancipatórios e crítico-sociais, ao engessar e padronizar de forma propedêutica o ensino-aprendizagem.

Não resta dúvidas de que, ao interrogar um tema que perpassa transversalmente a educação, há também a igual necessidade de olhar analiticamente esta última. Porém, é preciso salientar que a educação muito avançou em termos teóricos e práticos, desde a elaboração de documento oficiais norteadores – o currículo – até as práticas cotidianas escolares, engendradas por professores que têm reconhecido a necessidade de mudança e assumido um papel determinante na mediação de aprendizagens inovadoras. No entanto, não é uma realidade geral, pelo contrário, tem sido exclusiva de poucos espaços educativos.

A educação é direito fundamental do ser humano e deve ser oferecida gratuita e democraticamente a toda a sociedade, permitindo o avanço desta mesma. Mas, como destaca Freire (1997), a educação nunca será um direito de todos, enquanto ainda houver quem a deprecie e quem

diminua seu potencial transformador, ao formar sujeitos conscientes de seu papel social. Os projetos de governo voltam-se ora a avançar em certas frentes, colaborando com a inserção de novas formas de acontecimentos de propostas educativas, ora regridem e diminuem todo um conjunto de pautas necessárias a formação educacional da população. Este jogo de forças acaba por gerar desgastes à educação, fazendo com que algumas problemáticas que já se arrastam por décadas não sejam solucionadas, com base nas necessidades e possibilidades contemporâneas.

A não efetividade de uma Educação Ambiental ou, como aponta Lobino (2013), a dimensão ambiental dos processos e procedimentos educativos, é o retrato de uma educação que ainda insiste em mecanismos de ensino-aprendizagem que não viabilizam uma formação escolar que caminhe noutra direção, na direção de uma inserção crítico-reflexiva social e políticas dos sujeitos em formação. Isto se reflete em um não avanço das pautas socioambientais, comprometendo o bem-estar social e agravando problemáticas ambientais que fortalecem o mal viver, como destaca Acosta (2016).

Em muitos aspectos da vida cotidiana, os sujeitos sociais reforçam comportamentos predatórios, movidos por uma racionalidade capitalista, que tende a reforçar a ação dominante do homem sobre o meio (SOFFIATI, 2008). Isto se deve à repercussão, desde a escola até os espaços sociais mais amplos, de comportamentos socioambientais que não colaboram com novas formas de apropriação sensível e racional da natureza por parte da sociedade que nela se insere e que dela faz parte. Ou seja, estas formas de apropriação do meio ambiente, entendendo este como o resultado da conjugação indissociável entre homem e natureza, de acordo com Reigota (2010), insurgem a estes comportamentos nocivos que povoam as práticas sociais cotidianas e que tendem a ciclicamente repetir-se de geração em geração, em diferentes contextos e em constante (re)adaptação.

Como ressalta Reigota (2010), o entendimento do homem como soberano sobre os bens ambientais terrestres e estes como sendo o estrado para o desenvolvimento das sociedades modernas, de forma desigual, trouxe a humanidade à crise socioambiental contemporânea, da qual dificilmente, sem atitudes pensadas e movidas coletivamente em escala “glocal”¹ (NARDY e DEGASPERI, 2016, p. 127), será impossível encontrar uma saída. Na verdade, não há uma saída, são múltiplas as formas de reinventar a coexistência entre sociedade e natureza, de modo a reequilibrar o meio ambiente. Para tanto, como frisa Acosta (2016), é preciso compreender que o estilo de vida baseado em movimentos mercadológicos, baseados no consumo exagerado e acumulativo, não está adequado aos dias atuais e precisa ser revisto urgentemente.

Compreende-se, paulatinamente, a inviabilidade do estilo de vida dominante. O crescimento material sem fim poderia culminar em suicídio coletivo. A concepção – equivocada – do crescimento baseado em inesgotáveis recursos naturais e em um mercado capaz de absorver tudo o que for produzido não tem conduzido e nem conduzirá ao desenvolvimento (ACOSTA, 2016, p. 42).

Como argumentado pelo autor supracitado, a difusão deste estilo de vida baseado em lógicas de mercado que exigem o consumismo acumulativo e uma ausência de consciência socioambiental é inadequado ao mundo contemporâneo, que exige outras respostas coletivas, caso contrário será irreversível o colapso socioambiental há muito alarmado. O avanço técnico-científico, crucial para o desenvolvimento das sociedades modernas marcadas pela expansão de políticas centradas em lógicas mercadológicas e na criação de novas formas de existência consumista na sociedade-mundo contemporânea, por um lado representa uma alternativa possível ao enfrentamento deste cenário desolador, porém

¹ Nardy e Degaspery (2016) utilizam-se do termo para trazer uma leitura mais simples, porém complexa, dos

jogos de forças locais e globais, ou seja, as interrelações existentes entre cenários, ações e sujeitos micro e macro.

também se mostra como um dos fatores para a degradação socioambiental.

Isto se deve ao fato de haver a continuidade de criação de produtos de fácil acesso e circulação, produzindo uma maior quantidade de descarte de produtos obsoletos, além de muitos destes possuírem o selo de sustentável ou ecologicamente correto, mas feitos sob condições de trabalho sub-humanas ou sem realmente atender as demandas ecológicas. É o chamado capitalismo verde, o qual Soffiati (2008) registra como sendo a marca das antropossociedades movidas por uma racionalidade capitalista, que tende a se adaptar para sobreviver, mas sem perder os velhos hábitos e a embutir estes nos imaginários e comportamentos sociais, sobretudo a partir da educação. A educação acaba por tornar-se veículo de disseminação de modos de vida e lentes para enxergar o mundo a partir destas lógicas mecânicas, acrílicas, apolíticas, desprovidas de uma consciência e pertencimento ao mundo e de uma preocupação permanente com a vida (FRAGA, 2016).

Esse cenário de perda de serviços ecossistêmicos e desigualdade social é resultante de uma economia de acumulação que, por sua vez, é alimentada por uma sociedade que valoriza o consumo desnecessário como padrão de qualidade de vida. Para ter sentido de existência, a sociedade de consumo cria “necessidades banais” para levar as pessoas a seguir comprando, consumindo, gastando, substituindo e descartando em uma escala cada vez mais crescente (NARDY e DEGASPERI, 2016, p. 120).

Neste contexto, a perda da biodiversidade, a fragmentação dos ecossistemas, alterações climáticas, fome, desigualdades, violências, dentre tantos problemas que tem se agravado, são registros da sociedade-mundo que precisa regredir em relação a sua dominância sobre os recursos patrimoniais naturais, reconhecendo o valor fundamental que estes representam para a manutenção da vida na Terra, no presente e no futuro. Além disto, é preciso redescobrir a humanidade do homem, como salientam Morin,

Ciurana e Motta (2003), defendendo a educação como trajetória pela qual o homem prossegue sua hominização, mas reinventando sua existência, sua identificação com a Terra, seu ser e estar aqui.

É em face deste cenário socioambiental colapsado que se entende que as interrogações feitas à educação, e que acabam atingindo a Educação Ambiental, têm como resposta a própria Educação Ambiental, porém movida por uma proposta de enfrentamento criativo, crítico, reflexivo e emancipatório da crise. Como aponta Tozzoni-Reis (2007; 2008), há que se mirar uma Educação Ambiental que não mais caminhe no sentido de apostilar comportamentos e atitudes socioambientais, na espera de que a sociedade se conscientize da necessidade de mudança nas práticas há muito enraizadas; faz-se necessário romper com a acriticidade e a apatia política das práticas em Educação Ambiental na formação dos sujeitos sociais na escola, de modo que estes se autorreconheçam como agentes interventivos, transformadores e potentemente criadores do bem estar social individual-coletivo.

A Educação Ambiental atua como eixo formativo viabilizador de processos educativos capazes de promover a “harmonia ambiental” (GUTIÉRREZ e PRADO, 2013, p. 33), definida como sendo a revalorização da consciência humana sobre a natureza enquanto aspecto-chave e predominante para construir novos modos de vida baseados na “tolerância, respeito, igualdade social, cultural, de gênero e aceitação da biodiversidade” (idem, p. 33). Lobino (2013), por sua vez, aponta que novas apostas utópicas precisam ser feitas com relação a Educação Ambiental, mas, principalmente, à educação como um todo, entendendo que as apostas encabeçadas pela Pedagogia tradicional e escolanovista não dão conta dos movimentos complexos contemporâneos e que precisam ser enxergados com novos olhos, tirando todas as lentes diminutivas da realidade, possibilitando a consciencialização dos sujeitos para que estes vejam a realidade e a compreendam a sua maneira, a partir de sua relação com o mundo projetada em seu cotidiano.

A educação é caminho para isto. E a Educação Ambiental atua como eixo determinante

para que, neste caminhar, seja possível construir outras alternativas e possibilidades didático-pedagógicas não mais movidas pela sensibilização aos temas e conteúdos acerca da natureza, reforçando uma representação desta como algo externo, objetificado (REIGOTA, 2010), mas concebendo a natureza como parte do homem, da sociedade, como palco da vida e da dignidade humana, de sua manutenção e continuidade futura.

Para além de interrogar a Educação Ambiental, entendendo-a como eixo formativo que fomenta a ruptura com modos de vida nocivos e predatórios, é preciso realizar apontamentos que indicam a importância contemporânea desta para a escolarização dos sujeitos. Mas não apenas isto. É preciso salientar o potencial deste eixo formativo como potencializador da inserção social dos indivíduos, da produção de posturas crítico-reflexivas que confrontam a repercussão de lógicas que negam o bem-estar socioambiental e amplia as desigualdades, local-globalmente. Como destaca Jacobi (2015), é necessário promover uma reflexão sobre as práticas sociais que levam à ampliação da degradação social e ambiental contemporânea, mas fazendo isto com o propósito de reconceber a Educação Ambiental.

Este mesmo autor reforça que “A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente dos ecossistemas e de seus serviços, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental” (idem, p. 348), ou seja, trata-se de remover da Educação Ambiental uma preocupação em disseminar informações, conteúdos e atitudes “verdes” (GUIMARÃES, 2001) para construir nos sujeitos o senso de justiça socioambiental, de pertencimento, de solidariedade, de coletividade e de transformação crítico-reflexiva da realidade em que estão inseridos, mas numa mirada planetária (GUTIÉRREZ e PRADO, 2013).

A produção destes sentidos deve acontecer dentro das necessidades contemporâneas educativas, que frisam outras propostas educativas como caminho possível para romper com processos de ensino-aprendizagem que não politizam e conscientizam os sujeitos em formação.

De acordo com Marques (2000), a marca da educação contemporânea é a formação de indivíduos conscientes e comprometidos com o mundo em que vivem, entendendo os fenômenos atuais como produto de um processo sócio-histórico, mas igualmente inserindo-se como sujeito do tempo presente e que precisa romper com os desajustes que implicam a perda da qualidade de vida. Como registra Morin (2000), a educação do tempo presente precisa prezar pela aprendizagem cidadã, mas não o cabresto do intelecto dos sujeitos aprendizes a partir de um conteudismo sem significado.

Esta aprendizagem cidadã, sobre a qual também argumenta Jacobi (2015), implica conduzir práticas educativas que viabilizem o diálogo e a reciprocidade, a troca de experiências entre os que ensinam e os que aprendem, construindo tessituras pedagógicas que transponham os velhos moldes educativos livrescos para realizar um projeto educativo que ofereça aos indivíduos a oportunidade de se reconhecerem como parte do mundo em que vivem, como protagonistas da sociedade-mundo em construção e de como podem muda-la a partir de suas atitudes em constante adaptação crítico-reflexiva. Deste modo, a Educação Ambiental, dentro destes termos, não pode mais ser tratada como sendo um conjunto de projetos que proliferam e são pulverizados no calendário escolar, marcados por datas “comemorativas” – o que há para comemorar?

Como argumenta Layaargues (2008), não se trata mais de repercutir nas práticas em Educação Ambiental escolares um cinismo pautado numa pedagogia de projetos sem significado na aprendizagem dos sujeitos. E, muitas vezes, no próprio fazer dos professores (LOBINO, 2013). Em tempos de crise socioambiental é necessário buscar as alternativas contemporâneas que indicam outros modos de se fazer Educação Ambiental, buscar outras respostas para as interrogações, buscar outras tendências que desconstruam certos imaginários pedagógicos propedêuticos, furando os clichês e rumando numa itinerância crítico-reflexiva em direção a novos horizontes.

A ecoeducação, nomenclatura utilizada por Soffiati (2008) e frisada por Lobino (2013) para esclarecer uma proposta de Educação Ambiental centrada no tecer de contrarrazões socioambientais nas práticas pedagógicas dentro de um projeto de educação que atenda à contemporaneidade, visa não uma mera adaptação deste eixo formativo a anseios projetados para este século, mas a criação de novos meios de pensar-agir ecoeducando os sujeitos sociais em formação. Trata-se de romper com a Educação Ambiental que tem sido prescrita e realizada até então, elaborando proposições didático-pedagógicas que naveguem noutra direção, tendo suas velas sopradas por tendências e utopias crítico-transformadoras que enxergam homem e natureza como dimensões indissociáveis à produção do bem-viver terrestre (ACOSTA, 2016; NARDY e DEGASPERI, 2016).

Neste caso, emerge a ecoformação como tendência que sopra a Educação Ambiental, eixo formativo central da proposta deste giro contemporâneo, de acordo com Silva (2008), noutra direção, visando construir entrelugares crítico-reflexivos para a mobilização de toda a comunidade escolar e da comunidade em que esta se insere, de modo que seja possível transitar de uma apatia socioambiental ao protagonismo socioambiental. E, assim, criando soluções baseadas nas necessidades ecoeducativas contemporâneas a partir das problemáticas reais que se projetam glocalmente, permitindo não apenas o aprender verbal de comportamentos e atitudes socioambientalmente competentes, mas a elaboração dialógica de uma consciência socioambiental mais ampla, a partir de movimentos entre a realidade intra e extramuros da escola.

Ecoformação, protagonismo socioambiental e giros contemporâneos necessários

As múltiplas compreensões que trazem leituras contemporâneas sobre as necessidades educativas deste século dizem respeito a um desejo uníssono: é preciso formar para a cidadania. Ora, mas já se tem dito isto desde o século passado. No Brasil, com a promulgação da Constituição em

1988, também reconhecida como Constituição Cidadã, ao recuperar o estado democrático de direito e ao estruturar propostas para um país livre das sombras do autoritarismo (SCHERER, 2008), reconhece-se a necessidade de uma cidadania enviesada pela participação política, inserção e igualdade social. Porém, pouquíssimo se avançou nisto. Talvez, em nada se tenha caminhado para a concretização destas pautas, mesmo em face dos movimentos sociais que amplamente debatem e lutam pela realização de um outro projeto de nação.

O que se observa, na virada do século, é que por mais que o conceito de cidadania tenha sido debatido e que aportes legais tenham sido confeccionados, mirando algumas destas discussões e reivindicações, como salienta Santos (2007), poucos passos foram dados para que tais propostas se tornassem uma materialidade. Sobretudo, tendo em vista que a desigualdade social em muito se ampliou e o modelo desenvolvimentista centrado numa lógica neoliberalista não trouxe nenhuma resolução a isto. Acosta (2016) atribui a culpa da não concretização de muitas destas propostas e na urgência por resposta utópicas revolucionárias, que conduza à imaginação de outros mundos, à mercantilização da vida engendrada por este modelo desenvolvimentista, que não passa de uma máquina de produção de desigualdades, uma vez que a poucos é dado o direito de usufruir deste desenvolvimento.

Apesar dos esforços globais para definir diretrizes para alcançar o chamado desenvolvimento sustentável, pouco se caminhou para uma aposta planetária que revertesse os efeitos nocivos das práticas sociopolíticas e econômicas que trouxe à humanidade a necessidade de tomar uma decisão entre duas escolhas, ambas decisivas neste século: ou se caminha para uma ecoconvivência, pautada na harmonia ambiental, em que o homem busca mecanismos de readaptação da vida, construindo outro ser-estar na Terra a partir de alternativas criativas; ou os riscos da crise sejam assumidos e caminhemos todos, como humanidade, em direção ao desconhecido futuro que nos aguarda, sabendo que não há nada bom após a cortina de fumaça poluidora advinda da devastação planetária.

O desenvolvimentismo continua sendo uma aposta para a busca destas alternativas contemporâneas, mas não o desenvolvimento ameaçador da vida, um desenvolvimento centrado na resolução das problemáticas ecológicas e humanitárias do tempo presente e que busque a reversão do modelo predatório de hominização que engendrou a crise socioambiental. Para Acosta (2016, p. 141),

A Humanidade requer respostas inovadoras, radicais e urgentes que permitam definir novos rumos para enfrentar os graves problemas globais. É necessária uma estratégia coerente para construir uma sociedade equitativa e sustentável, ou seja, uma sociedade que tenda que faz parte da Natureza e que deve conviver em harmonia com ela e dentro dela.

Tais respostas, que revalorizam os direitos do homem e os põem em pareamento com os direitos da natureza, perpassam por propostas ecoeducativas que inovem as trajetórias de formação escolar, criando nestas não apenas indivíduos munidos de conhecimentos diversos, mas indivíduos que reconheçam a importância destes conhecimentos para a transformação de seus cotidianos e para a promoção do bem estar socioambiental coletivo. Trata-se de trazer à educação, por intermédio da Educação Ambiental, um permanente desejo pela busca da harmonia entre homem e natureza, mas que não se baste apenas disto, entendendo que para aqui viver é preciso construir uma identidade cidadã planetária que tenha como princípios e valores a solidariedade, o diálogo, a coletividade, a fraternidade, a valorização cultural, a convivência e coexistência entre os diferentes, entre outros tantos elementos que o mundo contemporâneo com urgência necessita (GUTIÉRREZ e PRADO, 2013).

Boff (1996) também salienta que, falido o paradigma intelectual e pedagógico moderno, demonstrando esta sua ineficácia em avançar para respostas inovadoras e criativas, crítico-reflexivas e dialógicas em sua essência, vê-se a necessidade de fomentar processos de ensino-aprendizagem

voltados a novas formas de significar o mundo, a partir da valorização das subjetividades dos indivíduos. Ou seja, não se trata mais de uma educação silenciadora, unilateral e desprovida de quaisquer sentidos reais, mas uma educação que possibilite práticas que levem os sujeitos individual-coletivamente a construir novos “modos de ser, de sentir, de pensar, de valorizar, de agir” (p. 30), fazendo com que “novos valores, novos sonhos e novos comportamentos” (p. 30) tornem-se parte da vida cotidiana local-global.

De acordo com Gutiérrez e Prado (2013, p. 32)

Frente à lógica racionalista que nega o sagrado e a subjetividade e, em nome do desenvolvimento e do progresso, saqueia a natureza e mata a vida, o paradigma emergente caracteriza-se pela promoção de uma lógica relacional e auto-organizacional que leva o ser humano a redescobrir o lugar que lhe corresponde dentro do conjunto harmonioso do universo.

Significa, portanto, a busca pela reconfiguração existencial humana, uma vez que esta existência não esteja mais apegada a valores economicistas e a uma racionalidade mecânica da vida – que em nada coopera para a produção de subjetividades livres e afetividades em movimento social – para abrir espaço a uma racionalidade emancipada, em que a vida seja uma centralidade, na qual as relações múltiplas entre homem e natureza não mais sejam compreendidas a partir de um ponto de vista conformista e predatório. Para mover isto, a educação atua como fator determinante, uma vez que por meio deste processo é possível conceber novas formas de ser-estar na humanidade, ao entender as dinâmicas do mundo real tal como ele existe agora, mas projetando e esperando um outro mundo.

Mas como o fazer, se os trâmites educativos estão subordinados à burocratização e ao mecanicismo da racionalidade capitalista? É preciso buscar a subversão no cotidiano das práticas pedagógicas, buscando através de outras mil maneiras de fazer no cotidiano escolar, a confecção de aprendizagens baseadas nestes

mesmos princípios e valores, ou seja, uma ecoeducação. Não que se queira ecologizar a educação, mas propor para ela outra roupagem contemporânea, necessária em virtude do avanço desenfreado da crise socioambiental e das incertezas do porvir, como destaca Lobino (2013). A emergência paradigmática contemporânea implica a necessidade de se fazer outra educação e outra instituição escolar, ambas pautadas não mais numa lógica escolarizante, ou seja, que apenas foque no desejo de disseminar informações e conteúdos incomunicáveis com o cotidiano dos sujeitos. É preciso uma lógica educativa, pautada numa “racionalidade molhada de emoção” (LOBINO, 2013, p. 118).

E isto começa no encorajamento de abrir canais de comunicação, que se ampliam mais e mais, entre escola e comunidade, estimulando não apenas a participação na comunidade entendendo-a como um laboratório para as práticas escolares, mas como palco do protagonismo socioambiental construtor de identidades cidadãs que se reconheçam localmente, mas que mirem a globalidade da vida (RIVERA, 2012). Acredita-se que, diante das circunstâncias atuais, as aprendizagens escolares, movidas por esta lógica educativa, necessita abrir caminhos para “o protagonismo e a participação social para interrogar a realidade vivida em direção a elaboração de opções para essa mudança” (idem, p. 33).

A ecoformação emerge num contraponto a processos formativos que não têm cumprido o papel de munir os sujeitos sociais de conhecimentos que se projetam nas práticas sociais cotidianas, mas principalmente não estão conseguindo cumprir o papel de permitir a elaboração dialógica de esperanças para o porvir, para o enfrentamento crítico-reflexivo e criativo da crise socioambiental. De acordo com Silva (2008) e Gadotti (2005), a ecoformação trata-se de uma proposta para a Educação Ambiental que a recomponha como “Formação Humana Permanente” (SILVA, 2008, p. 97). Esta proposição ressignifica o papel da Educação Ambiental dentro dos moldes educativos que ainda trazem ranços tradicionais no trato desta temática, não a entendendo e a praticando em conformidade

com as necessidades dos tempos em acontecimento.

A ecoformação insurge e desvela o quão necessário é imaginar e praticar, de tal forma que seja possível transformar, esperanças de um mundo melhor, pautado na harmonia ambiental, no equilíbrio entre homem-natureza, em práticas sociais cotidianas que valorizam a natureza humana e a humanidade da natureza (NARDY e DEGASPERI, 2016). Esta tendência indica que é preciso redescobrir a Educação Ambiental não apenas como tema, não negando isto, mas indo além do tratamento temático transversal há muito atribuído a esta; é preciso cogitar a Educação Ambiental como parte do cotidiano dos indivíduos e da coletividade, de modo que permanentemente renovem suas práticas ao sabor do entendimento desta em suas vidas.

Atualmente, como destaca Botelho (2017), a Educação Ambiental ainda está reduzida a práticas pontuais, muitas descontinuadas e algumas sem qualquer significado real e que estimule, de fato, a inserção socioambiental daqueles que entram em contato com ela. Loureiro (2003; 2004) ainda assinala que a Educação Ambiental, por mais que contribua amplamente com um trabalho pedagógico inovador e que estimule a participação e engajamento protagonista dos sujeitos da aprendizagem, ao repensar o modelo societário vigente na busca por outros significados e outros elementos que o desconstrua, pouco caminhou para esta direção, o que dificulta avanços significativos para a educação, dentro de um cenário mais amplo.

O apego a conteudização ecológica e a uma ideia de sensibilidade ambiental não permite a frutificação real da Educação Ambiental nas tramações didático-pedagógicas escolares, uma vez que seu papel só teve destaque na disseminação de modelos comportamentais sociais que tivessem um teor ambiental, mas que não levavam os sujeitos a repensar as raízes de seus comportamentos, atitudes e imaginários, desconstruindo-os e contestando a subalternização e conformidade com um modelo civilizatório erguido a partir da devastação da natureza.

O resultado foi, em termos de educação ambiental, uma ação governamental que

primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo/político, favorecendo a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, ambos desvinculados dos debates sobre modelos societários como um todo. Assim, a educação ambiental ganhou visibilidade como instrumento de finalidade exclusivamente pragmática (em programas e projetos voltados para a resolução de problemas enquadrados como ambientais) e como mecanismo de adequação comportamental ao que genericamente chamou-se de “ecologicamente correto” (LOUREIRO, 2004, p. 75-76).

O que se intenta, ao lançar luzes à Educação Ambiental por meio da ecoformação, é o estímulo a ações ecoeducativas permanentes na escola que estejam em plena comunicação com as problemáticas socioambientais globais, intentando, por meio de suas proposições, o protagonismo socioambiental local. Significa que a proposição central e contemporânea para a Educação Ambiental é tematizar, problematizar e intervir no cotidiano comunitário, entendendo-o como um fragmento diretamente associado ao mosaico global e no qual há uma projeção dos fenômenos socioambientais que depredam a qualidade de vida. Ou seja, é compreender que a poluição atmosférica, hídrica, sonora, pedológica, dentre outras, por exemplo, não é só um problema de grandes metrópoles e regiões metropolitanas globais, mas é também um problema socioambiental presente nos menores espaços imaginados, como a rua, a praça, a avenida e outros lugares que constituem a vida comunitária.

Significa deixar de olhar dentro da sala de aula para o que está para além do alcance da imaginação dos sujeitos sociais do ensino-aprendizagem, fazendo um movimento inverso. Ou seja, é olhar ao redor e para si, percebendo os problemas que circundam e permeiam a vida comunitária, que afetam também a escola, para compreender os fenômenos globais, reconhecendo o lugar de vida como parte de uma totalidade em crise socioambiental. Como argumenta Rivera

(2012), isto viabiliza uma ruptura com o entendimento de que muitos fenômenos socioambientais, como a desigualdade social, por exemplo, estão para além da vida dos sujeitos aprendizes, ao reconhecerem que estes estão susceptíveis à vulnerabilização de suas vidas; isto acontece, como salienta Acosta (2016), em virtude da massificação de um modelo desenvolvimentista global que cria condições para que a vida nas localidades comunitárias seja turbulenta e, muitas vezes, conformando os indivíduos a viverem desta maneira, mas almejando um estilo de vida inalcançável e sonhos capitalistas irrealizáveis.

Neste sentido, a Educação Ambiental necessita caminhar por entre as problemáticas cotidianas como combustível para reinvenção das práticas formativas, abandonando a exposição acrítica e mecânica destes problemas através de conteúdos, mas contribuindo para que os sujeitos sociais se autorreconheçam como partícipes de mudanças necessárias, ao proporem soluções para resolução e reequilíbrio socioambiental comunitário. A escola, enquanto instituição social inserida numa realidade comunitária da qual não pode alienar-se, como salienta Alarcão (2001), necessita descobrir-se como *lócus* estratégico para a confecção de propostas interventivas que favoreçam o protagonismo socioambiental dos sujeitos imersos nas tramações didático-pedagógicas por ela engendradas. A comunidade, os arredores da escola, a vida dos alunos, o bairro e a cidade precisam ser palco e cenário para a mobilização de outros sentidos e significados ao educar ambientalmente na escola.

O nascedouro do protagonismo socioambiental, entendendo-o como elemento crucial para a formação cidadã, numa mirada contemporânea, como frisam Loureiro (2003) e Rivera (2012), advém da mobilização de ações ecoformativas a partir da Educação Ambiental, encorajadoras da inserção e participação social dos indivíduos. A cidadania, o protagonismo e a participação não podem ser ensinadas, tampouco verbalizadas como imperativos, mas estimuladas a partir de propostas que tragam em seu teor a essência da vida comunitária e seus múltiplos desdobramentos locais-globais, como indicam Souto, Fita e Fonfría (2015). Se o desejo educativo

é formar para a cidadania, então que se possa fazer, interventivamente, por meio de ações formativas que desempenhem na educação de crianças e jovens o entendimento de seu papel cidadão, na qualidade de sujeitos socioambientais.

Não há como pensar em possibilidades de mudança apenas na conteudização disto, banalizando toda a experiência cotidiana e comunitária, negligenciando os problemas que fazem parte diretamente destes cenários e da vida dos sujeitos, das subjetividades sociais. A Educação Ambiental, por carregar consigo este teor transformativo não apenas de comportamentos, mas de romper com consciências impregnadas de atitudes predatórias, potencialmente contribui para a ecoformação dos indivíduos, porém realizando isto através de projeções didático-pedagógicas que estimulem este protagonismo socioambiental nos sujeitos. Este último deve ser compreendido não apenas como a inserção dos sujeitos e o reconhecimento dos problemas socioambientais locais, numa mirada global, mas também a provocação a viver outros modos de vida que se contraponham ao estilo de vida hegemônico, o qual Soffiati (2008) argumenta amplamente a necessidade de declínio.

Ecoformar para o protagonismo socioambiental é uma centralidade necessária para a promoção de outras existências neste mundo. A humanidade precisa reaprender sua própria humanidade, porém fazendo-a de maneira crítico-reflexiva, permeada por uma construção social-política-econômica que corrompa a invisibilidade das experiências cotidianas e comunitárias, dando-lhes o devido destaque para o reaprendizado da condição humana (MORIN, CIURANA E MOTTA, 2003). As tentativas para uma educação socioambiental têm sido frustradas até então, em virtude de não ter havido a ousadia de ir além das cartilhas de boas práticas, expondo a cidadania apenas como parte de um bloco lógico a ser obtido ao final da escolarização. Cidadania não se obtém, é praticada diariamente e permanentemente, de modo lúcido, crítico e reflexivo o suficiente para que os indivíduos percebam a necessidade de não abrir mão das conquistas sociais e dos direitos ambientais que têm. É no cotidiano de seus espaços vividos comunitariamente que os sujeitos

podem exercer isto, mas só o atingem a partir de uma ecoeducação, ecoformadora, que os leve a assumir o protagonismo socioambiental como crucial e estruturante de uma nova existência cidadã.

Nas escolas, práticas ecoformativas em Educação Ambiental carecem de ser movidas a partir da necessidade desta outra existência cidadã, de outros imaginários e outras práticas sociais que caminhem em oposição a conformidade dos indivíduos com más condições de vida atreladas e determinadas por problemas socioambientais. Ou seja, significa, por exemplo, compreender que o problema dos resíduos sólidos é um fenômeno comunitário que acontece tanto por falta de consciência dos habitantes de tal localidade quanto por má gestão política da coleta destes resíduos, implicando a necessidade de reinventar a existência cidadã dos habitantes desta comunidade, intervindo diretamente para que estes consigam repensar o modo como (com)vivem e de reivindicar o direito de habitar e ter qualidade de vida nesta localidade, ao se dirigirem às instâncias e órgãos políticos competentes. Isto é protagonizar socioambientalmente o espaço comunitário. E a escola, a formação escolar, pode fortalecer significativamente isto.

A busca por soluções criativas e dinâmicas, criticando e refletindo sobre como os fenômenos afetam a vida, perpassa por propostas ecoformadoras inconformadas com as más condições que geram os desarranjos socioespaciais nas comunidades, como sugere Rivera (2012). A resposta para reinventar a Educação Ambiental está no cotidiano dos sujeitos, em suas subjetividades e experiências, para além dos muros e paredes das escolas e salas de aulas, levando todos os que neles estão circunscritos, sejam professores ou alunos, a reconhecerem e intervirem nas múltiplas realidades e nos múltiplos fenômenos que degradam a vida. É preciso uma Educação Ambiental ecoformadora e estimulante do protagonismo socioambiental de base comunitária.

Considerações finais

É preciso uma outra Educação Ambiental, movida pelas necessidades educacionais descortinadas neste século e para as quais pouco se tem caminhado. Dito isto, é preciso também cogitar e praticar outras lógicas educacionais que desvirtuem modelos escolarizantes que repercutem a conformidade com a crise socioambiental e a negam as subjetividades e os cotidianos experienciados, enquanto potencializadores de aprendizagens realísticas que se voltem ao reaprender a condição humana a partir da vida comunitária.

Se necessitamos mover uma ecoformação que gere o protagonismo socioambiental, tendo a Educação Ambiental como processo de formação permanente para atingi-lo, é necessário rever as proposições didático-pedagógicas que até aqui tem guiado o saber-fazer escolar diante deste tema, levando àqueles que o tem mobilizado a compreender outras alternativas e possibilidades emergentes. Não há resposta pronta, não há indicativos a serem seguidos de forma caligráfica e copista, mas há elementos que inquietem os sujeitos do ensino-aprendizagem a reconhecerem suas experiências, suas subjetividades e as necessidades e problemáticas ao seu redor como preponderantes para ecoeducar e imaginar, esperar e construir outro mundo.

No presente texto, a busca pela compreensão do papel da ecoformação como promotora do protagonismo socioambiental, mirando aquilo que está para além das salas de aula e dos espaços institucionais escolares, mas que também deste fazem parte, intentou alcançar elementos inquietantes o suficiente para que se perceba a necessidade de mudar. Porém, compreendendo e argumentando, por fim, a imprevisibilidade do saber e a necessidade de permanentemente dialogar sobre tais questões, mantendo acesas as luzes sobre novos caminhos pedagógicos. O mundo contemporâneo urge por outros sujeitos, que reconheçam o valor de sua humanidade e que se movam na busca constante por mantê-la viva e cada vez mais presente nas relações entre sociedade-natureza, reequilibrando harmonicamente o meio ambiente.

Referências

1. _____. Educação Ambiental transformadora. In: LAYARARGUES, Phillipe Pomier. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 65-84.
2. _____. Pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica. In: TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. (Org.). **Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Annablume, 2007.
3. ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 268p.
4. ALARCÃO, Isabel. A escola reflexiva. In: ALARCÃO, I. (org). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
5. BOFF, Leonardo. **Ecologia**. Grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1996.
6. BOTÊLHO, Lucas Antônio Viana. **A ecocidadania como princípio formativo e propositivo: diálogos necessários para a construção de uma escola cidadã**. 195f. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
7. FRAGA, Lisiane. Educação Ambiental e valores: recriando espaço para uma razão sensível. In: BONOTTO, Dalva Maria; CARVALHO, Maria Bernardete (Orgs.). **Educação ambiental e valores na escola**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 139-154.
8. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
9. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, n. 6, 2005, 15-29.
10. GUIMARAES, Mauro. **A Dimensão ambiental na educação**. 4. Ed. Campinas: Papirus, 2001.

11. GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.
12. JACOBI, Pedro. Meio Ambiente, riscos e aprendizagem social. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 10, n. 26, p.346-364, set./dez. 2015.
13. LAYARARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYARARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço do cidadão**. São Paulo: Cortez, 4. ed. 2008, p. 179-220.
14. LOBINO, M. G. F. **A práxis ambiental educativa: diálogo entre diferentes saberes**. 2. Ed. Vitória: EDUFES, 2013.
15. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003. 168p.
16. MARQUES, Mario Osório. A educação no limiar do terceiro milênio, exigente de outro paradigma. **Contexto e Educação**, Editora UNIJUÍ, Ano 15, nº 59, Jul./Set. 2000, p. 113-128.
17. MORIN, Edgar.; CIURANA, E.-R.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.
18. NARDY, Mariana.; DEGASPERI, Thais Cristiane. Educação Ambiental e cidadania: desafios para a construção do pensamento glocal. In: BONOTTO, Dalva Maria; CARVALHO, Maria Bernardete (Orgs.). **Educação ambiental e valores na escola**. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 119-137.
19. REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
20. RIVERA, Jose Armando Santiago. A geografia escolar no debate epistemológico e didático do mundo contemporâneo. In: CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella.; CAVALCANTI, Lana de Souza; CALLAI, Hellen Copetti. (orgs.). **Didática da Geografia: aportes teóricos e metodológicos**. São Paulo: Xamã, 2012, p. 27-44.
21. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
22. SCHERER, Márcia. **Ambiente e Cidadania: estudo sobre a ação do estado democrático de direito na inclusão social e na sustentabilidade**. 2008. 167p. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.
23. SILVA, Ana Tereza Reis da. **Ecoformação: reflexões para uma pedagogia ambiental, a partir de Rousseau, Morin e Pineau**. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 95-104, jul./dez. 2008.
24. SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYARARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço do cidadão**. São Paulo: Cortez, 4. ed. 2008. p. 23- 68.
25. TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Pesquisa-ação em Educação Ambiental**. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 1, pp. 155-169, 2008.